



O Desmanche de uma tradição: Reformas urbanas e herança medieval no Rio de Janeiro de fins do XIX

Leonardo Soares dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho procura evidenciar como as reformas urbanas desencadeadas no Rio desde a 1850 até as primeiras décadas do século XX atuaram na desarticulação e extinção de um importante acervo de marcos e símbolos da paisagem da cidade. A qual está ligada a uma tradição urbana medieval. Neste trabalho o enfoque recairá prioritariamente sobre o papel do governo Pereira Passos e o seu amplo conjunto de obras, financiados simultaneamente pela municipalidade e pelo governo federal durante a gestão de Rodrigues Alves.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro – Reformas Urbanas – Pereira Passos – Urbanismo Medieval – Espaço.

ABSTRACT

This work intent to show how urban reforms realized in Rio since 1850 to early decades of 20th century helpened to dislocate and to extinguish an important collection of marks and symbols of Rio de Janeiro downtown landscape. That was related to urban tradition medieval. In this text the primordial focus treat about the role of Pereira Passos government and your broad set of works, simultaneously supported by municipality and federal government during Rodrigues Alves administration.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, professor adjunto do curso de Ciências Sociais do ESR/UFF e pesquisador do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (NEHMAAT). E-mail: leossga@gmail.com



KEYWORDS: Rio de Janeiro – Urban Reforms – Pereira Passos – Urbanismo Medieval – Space.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada, concebida e construída sob parâmetros medievais, tendo Lisboa como principal referência (GLEZER, 2007).² Isso teve certamente reflexos na maneira como era pensada a questão da coexistência de usos urbanos e rurais no espaço da cidade. A qual como já observou Le Goff, referindo-se ao contexto da Idade Média, era basicamente estimulada e vista como salutar para o seu desenvolvimento.³ Tal relação também teria importantes implicações no plano do ordenamento e nomeação das ruas da cidade e sobre a própria organização de seu território.

Por incrível que possa parecer, ao raiar do século XX, as picaretas demolidoras acionadas pelas administrações republicanas com o intuito de transformar a paisagem urbana do Rio de Janeiro teriam ainda que lidar com um rico legado urbanístico cuja matriz remontava ao urbanismo medieval português.

² É significativo a esse respeito a concessão pela Coroa portuguesa de “privilégios” aos “cidadãos e moradores” da cidade do Rio. Importante em termos políticos, pelo fato que os igualava aos cidadãos do Porto, como também por demonstrar a consagração de um claro princípio medieval, no qual a relação entre súditos e soberanos eram mediados pela instituição de privilégios e concessões de direitos:

“Pelo alvará de 10 de fevereiro, concedeu o rei, depois de ouvido o procurador da Coroa, e atendendo às solicitações que lhe apresentara a Câmara, aos cidadãos e moradores do Rio de Janeiro o uso e gozo 'das honras, privilégios e liberdades de que gozam os cidadãos da cidade do Porto'.

Essas prerrogativas, concedidas aos *homens bons* do Porto, em 1490, por D. João II, compreendiam o gozo do fôro dos nobres ou infanções; a isenção da tortura, exceto nos casos em que se pudesse aplicar aos fidalgos; o direito ao porte de armas defensivas e ofensivas, tanto de dia como de noite; o não ficarem sujeitos a dar aposentadorias ou bestas de sela, a não ser por sua livre vontade; a isenção dos serviços de terra e mar para a gente empregada nos serviços de suas herdades; e alguns outros, entre os quais os que se referiam a particularidades do vestuário. “Deve-se, entretanto, registrar que nem sempre o arbítrio e prepotência das autoridades reais respeitou semelhantes prerrogativas”, comenta Vivaldo Coaracy (1965, 111).

³ Moses Finley (1984, 37) vai mais longe, melhor dizendo, acaba se deparando com tal perspectiva (integração entre usos urbanos e rurais) no contexto das cidades da Grécia Antiga, sob a hegemonia de Atenas. Tamanho seria essa tal integração que o historiador inglês defende que a cidade e o campo constituíam uma unidade, “não como variáveis distintas em competição ou conflito, real ou potencial. Inclusive os agricultores que viviam fora da cidade, estavam integralmente na *polis*.”



O mundo das ruas no Rio colonial

O peso e a influência do universo rural sobre a cidade do Rio de Janeiro foi historicamente considerável. Tão significativo para a sua conformação social e econômica ao longo do tempo que ainda hoje é possível testificar sobre boa parte desse legado. A toponímica das várias zonas da cidade nos fornece um rico acervo. A força do rural se apresenta tanto em localidades cujos nomes fazem referência a aspectos eminentemente rurais: Campo Grande, Campinho, Rocinha, Laranjeiras, Mangueira, Caju, Morro dos Cabritos, Curral Falso, Anil, Bananal, Dendê, Pitangueiras, Caroba, Morro do Salgueiro; como nas denominações que fazem alusão às grandes propriedades (fazendas) da qual se originaram – e que são mais recorrentes quanto mais nos aproximamos da Zona Oeste: Jardim Piaí (Sepetiba), Cantagalo (Campo Grande), Caxamorra (Guaratiba), Realengo, Engenho Novo, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Fazenda Botafogo, Vale do Curtume, Fazenda Coqueiro, Serra do Lameirão, Fazenda da Bica, Campo do Peixoto, Campo do Engenho de Fora, Serra do Viegas. E não esqueçamos o fato de que a hoje Tijuca fora por quase três séculos chamada de Engenho Velho. Por outro lado, encontramos alusões diretas aos próprios grandes proprietários – eis os casos de (Lourenço) Madureira, Leblon (de [Charles Le Blond](#)), Meiór (de [Augusto Duque Estrada Meyer](#)), (Barão da) Taquara, Botafogo (apelido do fazendeiro João Pereira de Sousa, já que fora chefe de artilharia do galeão de mesmo nome), Vitor Dumas e talvez o mais curioso exemplo: a Praça Seca, que seria uma corruptela de Visconde de Asseca, cujas terras iam ao que hoje conhecemos como Barra da Tijuca. Os nomes, como todos sabemos, têm uma história. E isso por dois motivos. O nome tem uma história, já que possui uma origem, uma data de nascimento. Mas ele também a tem porque foi criado numa época determinada, numa conjuntura precisa. E no caso de uma toponímica, o nome pode indicar elementos preciosos do contexto histórico no qual ela foi gerada. E tantos nomes referentes a



elementos de uma dinâmica rural demonstram o quanto o conjunto das experiências sociais da cidade era atravessado por aspectos do universo agrário.⁴

Ainda poderíamos citar alguns logradouros cujos nomes não mais existem, casos de Mata-Porcos (Estácio) e Mata-Cavalos (Riachuelo), mas que foram imortalizados por alguns romances de Machado de Assis, que por diversas vezes os utilizou para ambientar as trajetórias de seus Bentinhos, Conselheiros Acácios, Brás Cubas...

Analisando o contexto urbano medieval português, Amélia Andrade nota que a intensa relação entre usos urbano e rural no espaço da cidade, principalmente na zona dos arrabaldes, era recorrentemente captada pela toponímia das ruas:

Os nomes pelos quais eram conhecidos os arrabaldes medievais de Guimarães, constituem um exemplo particularmente feliz. Aí coexistiam os que sugeriam a presença do campo, tais como *Vale Melhorado*, *Trigais*, *Hortas do Prior*, *Ramada*, *Toural* com o que especificava o local reservado ao periódico exercício das actividades mercantis: o arrabalde do *Campo da Feira* (ANDRADE, 2003, 18).

Não apenas as atividades rurais deixavam sua assinatura na toponímia. Ao contrário de hoje, em que “a toponímia atual tende, cada vez mais, a ser uma simples convenção, pois resultou de cíclicas ondas comemorativas que espalharam [...] nomes e datas que o correr do tempo tem esvaziado de sentido”, nos tempos medievais o nome dado a uma via partia de elementos concretos do cotidiano:

A identificação de uma artéria ou de um espaço aberto partia do concreto e resultava, antes de mais, de uma apreensão visual que incluía a disposição das construções, os materiais utilizados, a existência de elementos decorativos, as atividades econômicas dominantes e que se completava com a percepção de ruídos e cheiros característicos. O nome assim resultava assim óbvio,

⁴ Sobre esse tema, Amélia Andrade tece importantes considerações sobre o caso luso: “Mas o mundo urbano, apesar de subestimar institucionalmente a área rural envolvente, não deixava de depender fortemente dela. Com efeito, aí se ia buscar água, lenha, pedra, barro e areia. Entre o arvoredo das matas próximas ou nos vinhedos e ferragiais mais característicos do Sul do país apanhava-se caça miúda que trazia variedade à dieta alimentar. E aproveitava-se a força das águas dos rios e ribeiras para fazer mover os engenhos de moinhos e azenhas, obtendo assim as farinhas para fabrico do pão ou fios que se utilizavam nos teares. Aí se situavam também as parcelas agrícolas que uns compravam por vaidade e ostentação e, outros, exploravam para assim completarem os rendimentos provenientes do seu mester”. ANDRADE (2003, 64).



consensual para moradores e forasteiros, tornando desnecessárias as placas toponímicas (Ibidem, 83).

Daí a toponímica buscar se referir a atividades desenvolvidas por um determinado ofício ou por uma instituição em particular, o que implicou que as cidades medievais fossem recortadas por ruas cujos nomes fizessem referência a uma profissão. Veja-se o caso de Lisboa, que até os dias de hoje conservou as suas ruas dos Bacalhoeiros, dos Tanoeiros, dos Correeiros, do Contador-Mor, da Mouraria, dos Douradores, das Farinhas, a Praça do Comércio, do Prior. Às vezes o nome se referia a um tipo de construção que dominava a paisagem pela sua importância institucional, como as Ruas da Alfândega, do Arsenal, do Castelo, da Quinta dos Peixes etc (SILVA, 2008).

O Rio Antigo também tinha seus exemplares medievais, alguns vivos na paisagem da cidade até os dias de hoje: Praia do Sapateiro, Rua da Cadeia, Rua dos Lateiros, Rua do Ouvidor, Rua das Flores, Rua dos Ourives, Rua da Cadeia, Rua do Cano, Rua do Fogo, Rua do Sabão, Praia do Peixe, Ponta do Calabouço, Rua da Vala, Rua da Alfândega, Rua do Senado, Rua da Quitanda, Beco da Sardinha etc.

Muitos desses logradouros tiveram seus nomes modificados num processo que se torna bem visível a partir da segunda metade do século XX e que toma maior vulto a partir da instauração do regime republicano.

O papel da água

Além da rede viária terrestre, a cidade do Rio encontrava outra semelhança com a sua matriz medieval por basear boa parte de suas atividades de transporte nas vias marítimas e fluviais. Era pelos rios que os negociantes da “cidade velha” conseguiam ter acesso mais fácil às regiões de Inhaúma, São Cristóvão, Irajá, parte da Baixada e Jacarepaguá. O transporte de pessoas e mercadorias, também era viabilizada pela baía de Guanabara, pela qual a cidade tinha contato com outras partes da Colônia (Bahia), região do Prata, Europa, África, Índia e, até mesmo, com a



Austrália. Sem falar que era pela baía que se tinha acesso a localidades como Magé, para que então se pudesse chegar aos caminhos novos para as minas.

Há que se destacar que várias localidades da atual zona oeste da cidade surgiram a partir de pequenos portos fluviais e marítimos, como Sepetiba, Pedra e Ilha de Guaratiba, Barra da Tijuca, Madureira e Irajá.

Se a água dos rios era fundamental nas cidades medievais (em seus leitos se instalavam os moinhos, os açougues), o mesmo teria que se dar numa cidade que incorporou o termo em seu nome. Além dos rios, as lagoas e a praia eram bastante procuradas por curtumes, criadores de gado, açougues e olarias. Nesta concessão feita pela Câmara no início do século XVII, vemos um certo Filipe Fernandes pedir pela instalação de um curtume às margens da Lagoa de Santa Antonio. Na concessão fica evidente o quanto era essencial a água para algumas atividades.

Fazendo a concessão, a Câmara impõe ao peticionário a condição de não tapar as águas da lagoa ao gado vacum, nem a outra qualquer criação, donde se pode inferir a existência de pastagens nas vizinhanças. Não muito longe daí, nas fraldas do Morro do Castelo, ficava o curral que fôra de Antonio de Marins (COARACY, 1965, 32).

Os rios, os lagos e lagoas além de atuarem como importantes vias de transporte, também purificavam. Cabe destacar que eles foram importantíssimos para a expansão urbana da cidade rumo à região que cobre a atual zona oeste carioca. Vários bairros como Taquara, Anil, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Freguesia devem sua origem aos engenhos de cana-de-açúcar que se esparramavam pelo *termo* do município, mas o fazendo acompanhando os cursos dos rios que banhavam a região.

Mas era também pelas águas, mormente as do mar, que vinham os “inimigos”. Várias foram as ameaças de invasão, algumas concretizadas, como a dos franceses em 1710. Daí a grande preocupação em montar uma enorme rede de fortalezas e fortes contornando praticamente toda a Guanabara. Mais um aspecto da água, além do econômico e do higiênico: a função defensiva. Algo também muito presente nas cidades medievais. E tal como nelas, o controle sobre as formas de abastecimento de



água era fundamental. A cidade atravessaria todo o período colonial tentando resolver essa questão, começando pelo sistema alimentado pelo Rio da Carioca e pela construção de vários chafarizes e fontes públicas. O controle sobre a água incide sobre o próprio controle do território (MELLO, 2011).

A relação Campo-Cidade

O historiador francês Jacques Le Goff pontua que a dinâmica urbana que vigorava nas grandes cidades da Europa medieval era marcada por uma relação bastante peculiar entre usos urbanos e rurais. A “Cidade” e o “Campo” tinham funções distintas, mas complementares. Havia sim uma fronteira entre tais pólos, mas tratava-se de uma fronteira bastante porosa (LE GOFF, 1992; WILLIAMS, 1990). Mas ao contrário do que se possa imaginar, em tal relação vê-se claramente a dominação da cidade sobre o campo. Conforme pontua Le Goff em uma de suas passagens:

É fácil imaginar que esse espaço de 'liberdades' ligado à cidade se tenha tornado um espaço de dominação do campo pela cidade. É aquele que fornece à cidade o grosso do que ela consome, do que ela revende. Em Besançon encontra-se por vezes, significativamente, *vignoblium* (vinhedo) como equivalente de *territorium* – espaço do endividamento tanto dos senhores quanto dos camponeses em face dos burgueses da cidade; espaço onde outros cidadãos que não os burgueses fazem sentir o peso de sua dominação econômica e social. Não esqueçamos o poder exercido sobre os campos suburbanos pelos senhores eclesiásticos urbanos. Guy Fourquin mostrou muito bem, por exemplo, a importância dos domínios do capítulo de Notre-Dame de Paris na região parisiense – espaço onde se difundem, a princípio e sobretudo, os modelos atuais elaborados pela cidade, a arquitetura da igreja paroquial, a voz dos pregadores dos conventos mendicantes urbanos que estabeleceram seu próprio território, muitas vezes ainda mais vasto que o da cidade e que eles chamaram de *praedicatio*, espaço da palavra, espaço também da coleta, de uma nova forma de exploração financeira do campo pela cidade (LE GOFF, 1992, 62).

As tentativas por parte de administradores de algumas cidades em estabelecer normas e regras mais rígidas entre os “dois mundos” por meio de decretos e posturas logo caíam em esquecimento sob o peso de uma prática cotidiana onde rural e urbano



se misturavam. Sublinha ainda Le Goff que tal característica só viria a perder fôlego no século XIX: é quando se inicia o processo de *desruralização* das cidades (LE GOFF, 1988, 32-33).

Outro historiador francês, Fernand Braudel, apresenta essa interessante descrição a respeito das funções agrícolas desempenhadas por alguns dos principais núcleos urbanos da Europa, já na “Idade moderna”:

[...] até o século XVIII, mesmo as grandes cidades conservam atividades rurais. Abrigam pastos, guardas rurais, lavradores, viticultores (até em Paris); têm *dentro* e *fora* das muralhas um cinturão verde de hortas e pomares e, mais longe, campos por vezes repartidos em três folhas, como em Frankfurt-am-Main, em Worms, na Basiléia ou em Munique. Na Idade Média, o barulho do mangual pode ser ouvido em Ulm, Augsburg ou Nuremberg, até as imediações da *Rathaus*, e os porcos são criados nas ruas em liberdade, tão sujas e tão cheias de lama que é preciso usar andas para atravessá-las ou fazer pontes de madeira de um lado para o outro. Na véspera de uma feira, em Frankfurt, cobriam-se às pressas as ruas principais com palha ou aparas de madeira. Quem poderia pensar que em Veneza, ainda em 1746, foi preciso proibir a criação de porcos “na cidade ou nos mosteiros” (BRAUDEL, 1995, 446).⁵

Quadro semelhante é observado no contexto medieval português. Sobre o assunto, nota José Mattoso (1993, 208) que

Apesar de, durante a época medieval, a diferença entre a cidade (*vila*) e o espaço circundante (*termo*) ser muito maior do que aquela que resultou do domínio definitivo da economia urbana, na época moderna, a relação entre uma e outra foi sempre fundamental. A cidade não podia existir sem esse espaço e vivia em grande parte do domínio fiscal que sobre ele exercia.

Quando passamos a olhar mais detidamente o caso do Rio de Janeiro no período da chamada *Belle Époque* (passagem do século XIX para o XX), podemos ver o

⁵ Característica essa também realçada por Lewis Mumford (1964, 367-8): “*Les citadins ne se privaient pas de pêcher dans tous les cours d’eau proches de leur ville. Augsburg était renommée pour ses truites, et, jusqu’em l’année 1643, des pesées de truites servaient à payer un certain nombre d’employés de la cité.*”

Ces fortes influences rurales apparaissent avec évidence sur les plans des premières cites: beaucoup plus qu’à l’un de nos modernes centres commerciaux, la ville médiévale ressemblait à un gros bourg campagnard. On trouve encore dans le centre même d’anciennes Villes médiévales, dont le développement semble s’être arrêté à une période antérieure au XIX siècle, des jardins et des vergers comme nous pouvons en apercevoir sur des gravures du XVI.”



quanto o seu urbanismo ainda era influenciado pela matriz européia de raiz medieval (RODRIGUES, 2009). A mistura de usos urbanos e rurais é reveladora. Ao invés de fronteiras rígidas, o que se tinha era um grande vaivém entre esses diferentes usos, entre essas diferentes modalidades de relação dos agentes humanos com o meio ambiente. Em lugar de uma oposição absoluta, uma relação de complementaridade, vendo-se em diversos momentos um se debruçando sobre o outro. Se voltarmos um pouquinho na história da cidade, lá no período colonial, teremos a oportunidade de conhecer uma figura como Antonio Salema que, segundo nos informa o historiador e memorialista Adolfo Rios Filho, tinha como principal objetivo durante a sua administração como governador do Sul do Brasil a partir de 1753 fomentar a agricultura na cidade do Rio de Janeiro:

Como homem prático, compreendeu necessitar a cidade de viver do campo. Para isso, suas vistas se voltaram para a zona sul, onde abundavam os terrenos altos e, por isso, enxutos, e água em abundância: a da vasta lagoa de Sacopenapã e a de vários rios que a carreavam das montanhas, com despejo na lagoa. E melhora o Engenho d’El-Rei (RIOS FILHO, 1970, 229).

Em relação ao contexto do Rio de Janeiro no período colonial, os trabalhos de Vieira Fazenda e Vivaldo Coaracy, por exemplo, informam sobre um sem número de chácaras que ocupavam o núcleo urbano, destacando-se os das ordens religiosas como os beneditinos (Morro de São Bento), jesuítas (Morro do Castelo) e franciscanos (Morro de Santo Antônio). Paulo Berger nos conta que famosos logradouros existentes até hoje foram originalmente construídos para dar acesso a algumas dessas propriedades. A rua da Quitanda era antigamente o caminho que levava à chácara dos frades de São Bento. Já a rua da Alfândega fora o caminho que levava ao Engenho Pequeno dos Jesuítas (BERGER, 1974, 32). Ainda no século XIX, podiam ser encontradas, conforme atestam documentos da administração local, várias “casas com horta e quintal e chácara”, junto de casas de vivenda, lojas, armazéns, açougues, trapiches, cocheiras, senzalas, casas de banho etc (CAVALCANTI, 2007, 418). Outro exemplo ilustrativo é o da antiga e célebre rua de Mata Porcos. Um texto da Revista da Diretoria de Engenharia nos esclarece o porquê desse nome: “Neste sitio coberto de



arvoredos silvestres se criavam além de caças grossas, abundantes varas de porcos, que, depois de mortos, eram conduzidos à cidade. Por isso, ficou conhecido com o nome, corruptamente expressado, de Mata-Porcos, devendo-se dizer Mata dos porcos.” (PDF, 1934,36)

Tamanha era a dificuldade do abastecimento de alimentos, que até os funcionários da Fazenda Real eram forçados a serem lavradores ou agricultores (idem).⁶ Além disso, não esqueçamos que as atividades agrícolas movimentavam um significativo comércio no espaço urbano, basta pensar por exemplo nos meios de transportes da época, todos movidos por força animal. Como alimentá-los? Onde guardá-los, sendo que não era econômico e viável (dado as péssimas vias de transporte da época) transportá-los para lugares distantes do centro? Ao menos no início do século XIX havia, comprovadamente, 115 chácaras no centro da cidade, instaladas especialmente para satisfazer tais necessidades. Todas elas dotadas de pastagens e estrebarias e local para guarda de eqüinos e veículos. Tal era a importância desse comércio que na visão do historiador Nireu Cavalcanti, “possuir uma cocheira na área mais construída e central da cidade, representava ‘status’ social só compatível com o nível de negociantes de ‘grosso trato’(...)” (CAVALCANTI, 2007, 423). O mesmo autor lembra ainda que o comércio de gramínea era tão rendoso a ponto de um logradouro da cidade passar a ser chamado de “largo do capim”. Gilberto Freyre (op. cit.) sustenta que os arredores do Rio, assim como os de Recife e Salvador, foram se tornando, “na primeira metade do século XIX, principalmente áreas de plantação de capim ou forragem para o crescente número de animais a serviço dos ricos das cidades.” Este autor assinala ainda que nesta mesma região era vasta a plantação de “vegetais e frutas de fácil cultura que eram consumidos mais por escravos do que por senhores, mais por pretos do que por brancos – inhame ou cará, taioba, quiabo, abóbora ou

⁶ Sobre Salvador, comenta Gilberto Freyre (1990, 304-5): “[...] parece ter conservado no século XVII e no XVIII o ar meio agreste [...]. E era muito o mato dentro da cidade. Muita árvore. As casas-grandes dos ricos quase rivalizando com as de engenho não só na massa enorme, patriarcal, do edifício, como no espaço reservado à cultura da mandioca e das frutas, e à criação dos bichos de corte. Os moradores dos sobrados não podiam depender de açougues, que quase não existiam, nem de um suprimento regular de víveres frescos, que viessem dos engenhos e das fazendas do interior para os mercados da beira-mar.”



jerimum, banana [...].”

Mas tal tipo de atividades agrícola ainda era importante na virada do século XIX para o XX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada de outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão proporcionada pelas posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes. Ao passo que ainda eram abundantes, no início do século XX, em lugares como Botafogo, Leblon, Laranjeiras, São Cristóvão e Engenho Velho, elas foram se tornando escassas no centro da cidade. Sendo ainda bastante visíveis nos altos de morros como o do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Santa Tereza. Contudo, não se pode descartar a hipótese de que houvesse várias outras chácaras, só que bem menos visíveis, no fundo de prédios e terrenos. Mesmo porque não se pode esquecer que havia ainda no centro inúmeras construções identificadas como tipicamente rurais, os chamados casarões e chalés. Aliás, neste ponto tocamos numa questão importante: o rural se expressava não apenas nos usos, mas era associada a determinados tipos de construção (OMEGNA, 1971, 23). Em vários casos os dois aspectos se misturavam: a construção rural dava ensejo a práticas rurais em seu interior.

Os antigos casarões tinham bastante espaço em seus fundos, bastante convidativo para a realização de alguma cultura, ainda mais se levarmos em consideração que a obtenção de gêneros era uma questão problemática na época devido a vários motivos: preços, escassez, qualidade dos (poucos) produtos oferecidos. O que impedia alguém de aproveitar o espaço daquele pátio ou quintal para plantar algo que complementasse as suas refeições, como uma fruta depois do almoço, sem contar as vantagens de uma boa sombra oferecida pelas árvores frutíferas, detalhe nada desprezível numa cidade tão quente e abafada como o Rio de Janeiro? Bem a seu estilo, Gilberto Freyre comenta o assunto: “Havia sempre nos jardins das chácaras, um parreiral, sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos



cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor” (FREYRE, 1985, 202).

Nota o mesmo autor, que predominavam nas casas da gente rica, em pleno século XIX

o jardim particular – jardim emendado à horta e ao pomar – em sítios que eram verdadeiros parques: tão vastos que se realizavam, dentro deles, procissões. Esses parques particulares foram, tanto quanto as casas, atingidos pela reeuropeização que tão ostensivamente alterou formas e cores, na paisagem urbana, suburbana e até rural do litoral do Brasil, durante a primeira metade do século XIX. Reeuropeização – acentue-se sempre – no sentido inglês e francês; e não no português. Ao contrário: reeuropeização em sentido quase sempre antiportuguês, como se para os anglófilos e francófilos mais exarados a tradição portuguesa não fosse senão aparentemente européia.

Wetherell observou na Bahia, onde residia durante a primeira metade do século XIX, que na velha cidade tornara-se moda o jardim em torno às casas. Onde, outrora, só se viam poucas plantas, alguns abacaxis, algumas roseiras, começaram a surgir jardins afrancesados. Da França haviam chegado jardineiros com plantas européias e exóticas, principalmente roseiras. De Portugal vinham importando algumas pessoas, delicadas camélias plantadas em cestas. [...] Realmente, um dos aspectos mais ostensivos da reeuropeização do Brasil, após a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, foi esse culto exagerado de plantas e flores européias, com sacrifício das tropicais, nativas ou já aclimadas entre nós. Se muitas dessas plantas não se deixavam destruir e superar pelas importadas da Europa é que grande era o seu viço, sendo quase todas como as chamadas ‘marias sem-vergonhas’ que cortadas ou arrancadas dos jardins, não tardavam a rebentar de novo (Ibidem, 137).

Com base em relatos de Gastão Cruis, aquele autor destaca “terem sido o regalo dos garotos que cresciam na antiga Corte e recém-criada Capital Federal, o cambucá, o abiu, a grumixana, o cajá, a manga, o sapoti, a fruta-do-conde, o jamborosa, o jambo-de-carçoço – frutas, quase todas, que se encontravam nas árvores dos vastos fundos de sítios ou simplesmente de quintais das casas da maior parte da burguesia brasileira do fim do Império e do começo da República.” (FREYRE, 1990, 86).

Em ensaio memorável sobre a constituição do saber médico na sociedade brasileiras do século XIX, Jurandir Freire Costa ressalta essa importante característica das residências urbanas da elite senhorial: “A casa brasileira até o séc. XIX era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos víveres, utensílios domésticos e



objetos pessoais de que necessitava uma família eram fabricados na própria residência” (COSTA, 1983, 83). Analisando anúncios de sobrados do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, Gilberto Freyre verifica que a “arquitetura nobre então dominante nas ruas do centro da cidade” não era apenas constituída de tetos de estuques, dos papéis de forro, das varandas de ferro, mas também de cocheiras, de jardins e de hortas (FREYRE, 1990, 331).

Portanto, o comércio ou simples criação de animais, assim como o cultivo de gêneros agrícolas, era ainda bastante presente no centro da capital. Vendedores de perus, porcos, galinhas, passeavam com suas crias pelas ruas da cidade. Eles constituíam o chamado comércio ambulante da cidade, o mesmo que a partir do governo Pereira Passos sofreria forte repressão. Mas o que mais se destacava no comércio desse gênero – o de alimentos de origem animal -, que segundo palavras de Luiz Edmundo era “o mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século”, era o leiteiro, sempre acompanhado de sua “esquelética vaca”, segundo palavras do cronista:

O vendedor de leite, que usa barba passa-piolho e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal-desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu comércio, magro e pachorrento, duas ou três chocalhantes campainhas dependuras ao pescoço bambo e pelancudo. E logo o homem da ajudância no serviço, atrás, ordenhador astuto da alimária, mágico avisado, capaz de transformar, à vista do freguês, sem que esse perceba, a água que está dentro de múltiplas vasilhas, em leite, e do melhor! Vem, depois, o bezerro, de focinheira de couro, esfaimado e tristonho, preso à cauda da sua pacata genitora. Quem pensar que ele, entanto, no quadro, serve apenas como elemento decorativo, engana-se, porque, quando a mão do ordenhador já não mais ordenha o leite recalcitrante, empacado na glândula mamária da leitera, lá vem o bezerrote para o trabalho da sucção, que é tanto mais violento quanto maior é a ânsia do triste em libar o alimento que tanto lhe recusam. Com três ou quatro arrancadas vaza a teta, mas logo a focinheira de couro lhe chegam de novo, para que possam, aí, entrar em função: a mão calosa do vendedor, a vasilha da água e a vasilha do leite... (idem)

Relato também rico é o de Gilberto Freyre em seu *Ordem e Progresso*, com base em depoimento oferecido a ele por Joaquim Amaral Jansen. Aqui ele testemunha o quanto a venda de leite tirado diretamente da vaca se integrava no chamado comércio



ambulante da cidade:

Joaquim só avistava da rua o que a rua lhe levava até ao portão ou à varanda ou às janelas da casa. Não era pouco mas ele agora começava a descobrir que não era tudo. Era o leiteiro, quase sempre chamado Manuel, bigodudo e português, vendendo a dois vinténs o copo de leite, tirado na própria rua do peito da vaca: leite talvez contaminado pela mão nem sempre limpa do portuga; mas fresco e de ordinário sem água. Era o vendedor de perus, trazendo suas aves sobre enormes varas de bambu: ‘perus de boa roda’, se apregoava naqueles dias.

(...) Também à porta da casa de Joaquim vinha o vendedor ou freguês de verdura, com balaios ou cestas, sustentados por compridas varas que o vendedor punha aos ombros, à maneira madeirense; e das cestas transbordavam legumes frescos e alguns cheirosos, com todo o seu esplendor de vermelhos, verdes, amarelos. Vinha o vendedor de frutas. Vinha o de peixe. Vinha o de camarão. Vinha o de galinhas. Cada um com seu pregão, com seu tipo de cesto, com seu cheiro que da rua chegava às casas (ibidem, 87-88.).

Embora fosse grande o seu trânsito no centro do Rio, parece que pouco a pouco a maior parte das vacas que forneciam o leite fresco aos consumidores passou a ser criada em estábulos localizados em lugares mais afastados, como o subúrbio. Conforme se passam os anos no período inicial do século XX, podemos notar que vão escasseando pouco a pouco os anúncios de aluguel de estábulos e pastos no centro da cidade. É possível que alguma criação desse gênero tenha ocorrido em alguns cortiços, a exemplo de alguns *coventillos* em Buenos Aires (FERRERAS, 2006). Em algumas imagens de cortiços produzidas pelo fotógrafo Augusto Malta é possível ver o grande espaço que alguns deles tinham em seus fundos, o que proporcionaria uma pequena criação em seu interior. Aluísio de Azevedo deixa levemente entrever essa possibilidade ao narrar uma situação que se passava nos fundos do cortiço de João Romão:

Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria: as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que no entanto gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores (AZEVEDO, 1997, 24).

Apoiado em testemunhos da época, Gilberto Freyre comenta que as primeiras



“cabeças-de-porco” da cidade - isso em torno da década de 1880 - tinham “espaços livres quase ridículos, de tão pequenos”, mesmo assim era nesse mesmo local “onde se lavava roupa, se criava *suíno, galinha, pato, passarinho*” (FREYRE, 1985, 351). O próprio *Cabeça de Porco*, o célebre cortiço localizado próximo ao Morro da Providência, informa-nos Lílian Fessler Vaz, tinha no seu interior “um armazém, várias cocheiras e galinheiro”. Acrescenta a autora que uma “reportagem publicada 30 anos após a demolição” informava que havia ainda “bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos” (VAZ, 1986, 31).

Até os primeiros anos do século XX, várias chácaras ainda podiam ser vistas nos morros da área central da cidade, como os do Castelo, Santo Antonio e Santa Tereza. Em alguns casos, como nos dois primeiros, tais chácaras só desapareceriam com o arrasamento dos morros em 1922.⁷ Podemos encontrar algumas alusões a elas na literatura. Ao contar um pouco da vida de Luís Garcia, o protagonista de *Iaiá Garcia*, Machado de Assis acaba dando alguns detalhes sobre sua chácara em Santa Tereza:

A vida de Luís Garcia era como a pessoa dele – taciturna e retraída. Não fazia nem recebia visitas. A casa era de poucos amigos; havia lá dentro a melancolia da solidão. Um só lugar podia chamar-se alegre; eram as poucas braças de quintal que Luís Garcia percorria e regava todas as manhãs. Erguia-se com o sol, tomava do regador, dava de beber às flores e à hortaliça (ASSIS, 1973, 8).

As marcas medievais na divisão do município do Rio de Janeiro

Mas o que vinham a ser exatamente essas expressões: Termo, zona da Cidade, zona dos Campos, freguesias “de fóra” e “de dentro”? Quais as suas implicações para a organização e divisão territorial da cidade, ou melhor, do município do Rio de Janeiro?

⁷ Ver o excelente estudo sobre o morro do Castelo de Cláudia Paixão (2008). Benjamim Costallat (1990, 35) dá conta em seu *Mistérios do Rio* da criação de porcos no Morro do Pinto, na Lagoa: A sarjeta, a rua, o esgoto, é tudo a mesma cousa, e essa mesma cousa é uma enorme vala onde se passa aos pulos, saltando-se de buraco em buraco, e onde os porcos engordam, imensos e sonolentos, e as porcas, de ventre para o ar, as mamas inchadas de leite, alimentam a voracidade de uma quantidade de porquinhos...”



Pode não parecer, mas a constituição do *termo* era visto como um dos aspectos cruciais pelas autoridades responsáveis pelo estabelecimento de cidades no “Novo Mundo” (CAETANO, 1985, 219). Para tanto elas eram instruídos pelo Governo português por meio de um *Regimento* ou de um *Foral*.⁸ Figuravam nestes dois instrumentos as normas jurídicas, administrativas e de estruturação do poder local, além das diretrizes gerais para a escolha do sítio e constituição da vila ou cidade. Cabe destacar ainda que a cidade que então se forma, junto com o seu termo, compõem o seu município (*municipia*), que é a menor unidade administrativa da Colônia. Temos então que o Município do Rio de Janeiro que é na verdade composto pela *Cidade* e por seu *Termo*, onde se localizam as freguesias acima citadas.⁹

Conta Nireu Cavacanti que depois de constituir a estrutura político-administrativa e jurídica da cidade, Estácio de Sá deu início à distribuição de terras em forma de sesmarias para o estabelecimento do sítio da *urbs*. A primeira sesmaria foi concedida à Companhia de Jesus (2 léguas de quadra) e a segunda, 1,5 por 2 léguas, foi destinada ao *rossio* e *termo* da cidade. Com base em consulta a um Dicionário de 1712 (Vocabulário Português e Latino), o autor verifica que *rocio* significava “praça, ou espécie de prado na Villa ou cidade”. Era o lugar dos encontros, das trocas comerciais, das trocas de idéias por meio do debate, da conversa, amistosa ou acalorada. A constituição de um espaço para a “multidão das gentes operar como órgão de opinião” é uma das marcas da tradição urbana medieval – cujas primeiras aparições já se verificam no antigo Império Romano e em Atenas -, que se observa principalmente nas cidades de países da orla mediterrânica, onde o peso das instituições jurídicas romanas

⁸ O *Foral* era uma lei municipal, estabelecida pelo monarca ou por um senhor particular, que determinava o censo, o tributo ou o foro que os moradores de uma determinada vila ou cidade deviam pagar para ter o direito de usufruto ao lugar, seja trabalhando ou simplesmente morando nele. Ver *Ordenações Filipinas*, Livro 2, Tit. 27.

⁹ Miguel Arcanjo Souza (1994) informa que durante a época colonial, os municípios eram normalmente criados por ato da autoridade régia ou originário ou confirmativo dos atos dos governadores e capitães-mores. Lembra ainda que alguns surgiram por iniciativa dos próprios moradores como Campos e Parati. Sobre o tema da organização de Municípios no contexto Colonial, ler: AZEVEDO (1956), BANDECCHI (1972), BICALHO (2003), GARCIA (1956), GLEZER (2007), MARX (1980), REIS FILHO (2004), ZENHA (1948), RIBEIRO (2008).



se fez mais presentes, como Itália, Espanha e Portugal. Já a expressão *termo* da cidade designaria o espaço a que abrange a jurisdição dos seus juízes (CAVALCANTI, 1997, 31). Mas tal definição não abarca minimamente o significado histórico da expressão. Portanto, precisemos melhor o termo. Talvez possamos conseguir boas respostas se perguntarmos, por exemplo, que função cumpria o estabelecimento do termo para a condução administrativa e para o próprio desenvolvimento da cidade?

Miguel Arcanjo observa que o *termo* e a *cidade* abrangiam a extensão territorial em que a Câmara Municipal ou o Senado, “como também se denominava o conjunto de indivíduos eleitos pelo povo”, exercia a administração (SOUZA, 1994, 34). Carlos de Carvalho alude que “A criação de uma cidade determinava a constituição de um patrimônio territorial, que compreendia muitas vezes, além do território da própria cidade, outros distantes; eram os *agri coloniarum, municipiorum civitatum...*” (CARVALHO, 1893, 23). Como já frisado, estamos falando de institutos de origem medieval, mas com fortes raízes no antigo direito romano, forjados portanto num contexto onde o poder político era indissociável do domínio sobre terras e bens. Nessa perspectiva medieval, a afirmação de uma autoridade político-jurídica era proporcional aos hectares de terra que ele tinha sob seu estrito domínio (DUBY, 1994). Mas não parecia ser apenas isso: junto às demandas de caráter administrativo, havia também uma questão mais estratégica. Da mesma forma que a cidade devia ser fixada num sítio que permitisse que o contato com outras cidades fosse realizado sem grandes dificuldades, era necessário, opina Nelson Omegna, que se disponibilizasse à cidade uma área de *hinterland* vasta, “para que a vizinhança de outro centro urbano não lhe perturbasse a vida e a ação” (OMEGNA, 1971, 10).¹⁰

¹⁰ Não é demais lembrar que tal como inúmeras cidades portuguesas, a forma como a cidade do Rio de Janeiro foi organizada revela claramente a preocupação da defesa contra os ataques e invasões de “inimigos” (franceses e tribos indígenas). Não é demais lembrar que a cidade é fundada logo após a vitória dos portugueses contra os franceses liderados por Villegagnon. E até praticamente meados do século XVIII as autoridades metropolitanas se veriam às voltas com a ameaça de invasões estrangeiras. Para uma análise da dinâmica do campo sócio-político (em suas diversas escalas e dimensões) na qual a cidade do Rio de Janeiro estava relacionada ler BICALHO (2003).



Quanto aos *Campos*, ele era uma tradução portuguesa do *Rocio* da Antiguidade. Só que aqui despojado de todo seu caráter urbano e político, sendo reorientado para finalidades agropecuárias, de provimento das necessidades de víveres de uma cidade. A sua situação jurídica era semelhante a do *Termo*, pois pertencia também à Câmara Municipal, que tinha o direito de arrendá-los e cobrar foros a seus adquirentes. Uma das finalidades da criação de uma zona de Campo era prover a cidade de caminhos que a pusessem em contato com áreas interioranas e outros núcleos urbanos. Outro objetivo a ser alcançado era a constituição de áreas de pastagem, para a criação principalmente de gado bovino de modo a prover a cidade de carne vermelha. Além de Irajá e Santa Cruz, outra área de campo conhecida foi o próprio Campo da Cidade, onde se localizava o Largo do Rocio. Estabelecido exatamente para a invernada do gado a ser abatido para o consumo da população da cidade. Nestor Goulart lembra que o *Rocio* era uma parcela demarcada junto aos núcleos urbano – ou seja, fora dos limites da cidade - e utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas, para a implantação de pastagens de animais de uso dos moradores (transporte pessoal e de mercadorias) e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde. É possível também que este autor esteja se referindo a uma característica que o *Rocio* passou a ter na conjuntura hegemonicamente agrária da idade Média.¹¹

Mas uma questão ainda merece melhor esclarecimento: o que diferenciava na prática a *Cidade* do seu *Termo* e dos seus *Campos*? Nelson Omegna acaba se servindo da clássica dicotomia urbano/rural para compor algumas respostas:

A cidade colonial, algumas vezes, começava por ser um espaço vazio em redor do qual se enrolava a muralha ou se cavava o valado ou se alteavam os baluartes. Se tinham, num dado e efêmero momento, um sentido tático de defesa e proteção contra investidas inimigas, tiveram por mais tempo os muros uma certa significação ecológica.

¹¹ Um outro detalhe: o antigo Rocio do Rio de Janeiro – na verdade, um deles - se localizava na área hoje compreendida entre a atual Praça Tiradentes (antes chamada de Largo do Rocio), Rua do Riachuelo, morro da Conceição e Rua Uruguaiana. Caso a versão de Goulart esteja correta, os limites do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, nas suas primeiras décadas, mal iam além do que é hoje a Rua Uruguaiana (REIS FILHO, 1968, 113). A esse respeito ler COARACY (1965, 139). Sobre o Campo de Santana, ler PINTO (2007).



A cidade, sem nada que grifasse o seu sentido urbano, precisava ser uma área diferente do campo. O colono que a funda tem de se isolar do cosmo fitogeográfico para defender os padrões culturais que carrega para cá.

Há que se dar real importância a esse contorno com o qual a cidade defende sobretudo as próprias convicções da sua função e feição urbanas (REIS FILHO, 1968, 16).

Ou seja, desde já, os colonos buscam, por meio das muralhas, simbolizar a oposição da cultura urbana de sua cidade frente ao “cosmo” ligado aos campos, às florestas e às matas, que compunham o termo. Nestor Goulart comenta que esta diferença implicava em diferentes modalidades de concessão de parcelas de terra.

Uma vez solicitadas as doações, as terras eram distribuídas pelas Câmaras, sob a forma de lotes na parte urbana propriamente dita, isto é, na parte central, e nas áreas extra-muros ou mais afastadas, sob a forma de pequenas sesmarias, que iriam dar origem à formação de chácaras e pelas quais teriam especial interesse os conventos (REIS FILHO, 1968, 113).¹²

Mas será isso mesmo o elemento em torno do qual se estabelecem as diferenças entre *termo* e *cidade*? A oposição se daria pelo fato de um abrigar uma cultura urbana e o outro ainda conter nele uma terra ainda ligada ao mundo rural? Parece que não. Se atentarmos para princípios contidos nos textos que sancionam a criação das cidades e seus termos, teremos a oportunidade de perceber que tais atos – realizados por pessoas investidas de poder e autoridade, geralmente um monarca – buscavam mais do que oficializar determinadas fronteiras espaciais. Por serem fruto de um ato de autoridade de um soberano, que era realizado publicamente e oficialmente, essas fronteiras tornavam-se reais e, conseqüentemente, criavam ou recriavam diferenças, não só espaciais como também sociais. Pois ao estabelecer a

¹² Tais informações são corroboradas pelo trabalho de Fernando Ribeiro (2008, 6). Lembra ele que “as 'sesmarias' podiam ser de tamanho variado, mas nos primórdios da colonização abrangiam de uma a três léguas, simples ou em quadra, mas os 'chãos de terra' eram dados ou cedidos graciosamente em braças”, medida bem menor do que a primeira.



descontinuidade, em separar o interior, da cidade e seu termo, do exterior, com os seus campos e florestas, o poder público buscava circunscrever as regiões que seriam objeto de obrigações (tributos) e direitos (a proteção real) perante o Rei. Conseqüentemente o pertencimento ou não de um grupo social a uma cidade e seu termo determinava a capacidade de um grupo social em poder usufruir de um direito e ser objeto de obrigações.

A criação dessas fronteiras bem nos remete a discussão efetuada por Ilmar de Mattos sobre a idéia de *região*. O autor lembra – como já vimos em Bourdieu - que o sentido original do termo está calcado nas noções de *regere*, comandar. Daí que seja compreensível que a região colonial que resulta da ação colonizadora dos agentes da metrópole portuguesa se apresente unida a uma noção militar e fiscal. Conforme se verá nas páginas mais à frente, a determinação de fronteiras, isto é, a divisão administrativa de uma cidade nunca perdeu de vista esses dois sentidos: o sentido fiscal, enquanto instrumento de obtenção de recursos por parte dos aparelhos do Estado e o sentido sócio-político de dispor sobre a criação de diferenças espaciais, criando grupos ou simplesmente reconfigurando a sua identidade no quadro de relações de força existente, com o estrito fim de consolidar o domínio sobre estes grupos.

Mas, essas freguesias, muitas delas consideradas decadentes no final do século XIX, também eram classificadas – pelos Poderes Públicos inclusive - nessa mesma época como “freguesias de fóra”. O que vem a significar isso?

A cidade do Rio de Janeiro era desde o Ato Adicional de 1834, o Município Neutro da Corte, não se ligando mais à Capitania do Rio de Janeiro.¹³ Este município abarcava então a *cidade* propriamente dita - dentro da qual se situavam as “freguesias urbanas” - e as “freguesias de fóra” – que constituiria o *termo*. Ilmar Mattos nos informa que eram chamadas de freguesias “de fora”, em contraste com as freguesias “de dentro”, pois, mais próximas dos centros de decisão da corte, a saber, as

¹³ O seu Artigo 1º estabelece: “A autoridade da Assembléia Legislativa da província em que estiver a corte não compreenderá a mesma corte, nem o seu município”, apud ANDRADE (2006, 593).



“instituições e instalações que tornavam possível a reprodução dos interesses dominantes”: o Paço, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal (MATTOS, 1990, 79).

Como vimos antes, a primeira era chamada também de “zona da cidade” e a segunda de “zona de campo”. Ou seja, o município aqui é composto por uma área urbana e outra que diríamos rural, como na Antiguidade; ao mesmo tempo, a noção de cidade empregada para diferenciar o seu território do restante do Município é o mesmo da Idade Média – a área urbana se localizando no núcleo original da cidade e os campos como que ficando “fóra”, do lado externo das “muralhas”. Neste sentido tais categorias faziam direta alusão a localização ou posição de uma área em relação às muralhas da cidade medieval. Mas podemos objetar dizendo que as muralhas nem sempre diziam respeito aos limites da cidade. E ao contrário do que crêem alguns estudiosos, elas nem sempre tiveram como objetivo servir de símbolo da oposição entre cidade e o campo ou aquilo que seriam suas respectivas culturas. Como o prova a Idade Antiga. A cintura de muralhas encerrava nessa época não a cidade e sim a *urbs*.¹⁴ A palavra cidade, por sua vez, referia-se não só a esse núcleo original como também ao território rural subordinado a essa *urbs*.¹⁵

Só que ainda persiste uma pergunta: no caso do Rio de Janeiro, que muralhas eram essas? Logicamente que se tratava de uma muralha simbólica,¹⁶ mas não sem

¹⁴ Nota Fania Fridman (2010, 33) que em Portugal “na Baixa Idade Média, ‘fazer vila’ era o ato de cercar, e ‘fazer fortaleza’, o ato de urbanizar”. FRIDMAN, Fania. “Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira”.

¹⁵ Outras visões sobre a questão da relação entre espaço urbano e rural na cidade podem ser consultadas em LOPEZ (1988) e COULANGES (1919).

¹⁶ Embora é certo também que por diversas vezes, por conta principalmente de ameaças de invasões estrangeiras, alguns governantes que passaram pelo Rio e a própria Coroa portuguesa tenham demonstrado interesse na construção de uma cinta de muralhas para proteger a muy leal e heróica cidade de São Sebastião. Vivaldo Coaracy (1965, 128) nos fala a esse respeito: “Grande era o empenho de Duarte Vasqueanes em aparelhar a defesa da cidade para a eventualidade, que então se julgava muito provável, dum ataque por parte dos holandeses. Mandou o Governador levantar muralha do Forte de Santiago (Ponta do Calabouço) até Santa Luzia e construir trincheiras permanentes na Prainha e em S. Cristóvão. Estudou a possibilidade de murar a cidade desde a Praia da Carioca (Flamengo) até a Prainha (hoje Praça Mauá), mas desistiu diante da grande despesa que semelhante obra acarretaria e para a qual não dispunha de recursos. Resolveu então consagrar todos os esforços à conclusão da Fortaleza da Laje, de acordo com as ordens da carta régia de 1644.”



conseqüências concretas de extrema relevância: tal muralha foi “construída” em 1808 pelo então príncipe regente D. João quando da vinda da família real ao Brasil ao instituir por meio do alvará de 27 de junho daquele ano a cobrança da “Décima urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”.¹⁷ As diferenciações impostas pela muralha demonstram o quanto os termos cidade e urbano são quase sinônimos. Assim, vemos que as freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita formavam em conjunto a “zona da cidade” sobre a qual incidia a Décima urbana. Do outro lado, no “de fóra”, havia o restante do município, cujos limites eram estabelecidos em função dos limites da área de incidência da “Décima urbana”. Assim, tínhamos o Engenho Velho, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, ilha do Governador, ilha de Paquetá e o curato de Santa Cruz como as freguesias não-urbanas. Isso se expressará na forma como o município é representado por meio dos mapas até as primeiras décadas do século XX: neles só a zona da cidade e, quando muito, seus arrabaldes são enfocados. As zonas suburbana e rural, áreas “de fóra” da cidade, também ficam fora dos mapas.¹⁸

De caráter simbólico, as muralhas não deixavam de produzir impactos concretos sobre a organização e divisão administrativa da cidade. Tanto que era ainda muito comum até o final do século XX ouvir moradores dos bairros mais distantes da

Assim como no Rio de Janeiro, as muralhas tinham um valor simbólico tão forte, que elas figuram nos brasões da maioria dos municípios brasileiros, mesmo os criados às portas do século XXI. Uma interessante reflexão, consistentemente documentada, a respeito da apropriação do passado em favor da elaboração de estratégias políticas e identitárias da atualidade é oferecida por SILVA (2007).

¹⁷ Nireu Cavalcanti (1997, 407-8) nos explica a origem da Décima: “Nas ocasiões em que Portugal se encontrava sob ameaça de ou efetivamente em guerra, o rei costumava estabelecer a cobrança de uma taxa equivalente ao percentual de 10% sobre todas as formas de rendimento dos seus súditos”. Ademais, a décima incidia sobre todos os rendimentos originários dos bens imóveis, do comércio, indústria, agricultura, pecuária, pesca, ou de qualquer tipo de serviço prestado ou de trabalho assalariado.

¹⁸ A associação entre “freguesias de dentro” e cidade, em contraste com as “freguesias de fora”, encontra-se subtendida logo no início da narrativa de Bentinho, cujo codinome serve de título a grande obra de Machado de Assis - *Don Casmurro*: “Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo [uma freguesia “de fora”], encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu”. Outro exemplo nos é oferecido por José de Alencar em *Encarnação*, romance escrito em 1877. Comentando sobre os hábitos de H. Aguiar, dono de uma “chácara contígua à do Sr. Veiga, pelo lado esquerdo”, escreve: “O dono da casa costumava ir à cidade três vezes na semana, para tratar de seus negócios, ou talvez para não se isolar totalmente do mundo, de que já vivia apartado. Também saía de passeio, a pé ou a cavalo, pelos arrabaldes.”



zona central do Rio, referir-se a essa como a própria “cidade”: “vou à cidade hoje”. A própria expressão “carioca da gema” tem como pressuposto a existência de um núcleo distinto da região de fora da cidade, isto é, as freguesias que ficavam para além das “portas da cidade”.¹⁹

Sem contar a clara diferenciação sócio-econômica entre as respectivas regiões. Até aqui o legado urbano medieval deve ter contribuído para a produção capitalista do espaço extremamente desigual e concentrada (ABREU, 1987).

Imagens

Vejam nos brasões das cidades brasileiras. Aqui aparece de maneira clara a importância da muralha fortificada como elemento de afirmação de uma identidade urbana. Aspecto inegável da tradição medieval. Elemento tão forte que ele figura em cidades que nunca a tiveram como São João de Meriti. Mas as muralhas em forma de coroa, expressam também a dependência dessas cidades ao poder régio. A falta de autonomia municipal pode ser um legado da tradição muçulmana.

¹⁹ Silva (2008, 3º mapa anexo) nota no caso lisboeta o grande número desses elementos do urbanismo medieval, que ainda se faziam presentes até o século XVIII - as Portas: de S. Antão, Sant'Ana, do Conde, do São Vicente, da Traição, de S. Lourenço, de S. André, do Moniz, de St.º Agostinho, do Coval, de Stª Catarina, das Fontainhas, da Cata-que-faias, da Oura, da Rua Nova, dos Armazéns, do Açougue, da Portagem, da Ribeira, do Mar, do Chafariz de El-Rey, de S. Pedro de Alfama, da Polvora, do Ramoso, da Lapa, da Portagem e do Furadouro.



<p>Rio de Janeiro</p>	<p>Curitiba</p>	<p>João Pessoa</p>
<p>Recife</p>	<p>Salvador</p>	<p>Cabo Frio</p>
<p>Milão</p>	<p>Coimbra</p>	<p>Cidade do Funchal</p>
<p>Milão</p>	<p>Nápoles</p>	<p>Pisa</p>

Fonte: RODRIGUES (2009, 103).



Eis o Convento de Santo Antonio, repleto de árvores frutíferas em seu entorno, bem no coração da cidade. “Largo da Carioca”, Rio de Janeiro. Nicolas-Antoine Taunay, c. 1816.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.
- ADONIAS, Isa. *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s/ed., 1966.
- ALLAIN, Èmile. Rio de Janeiro. *Quelques données sur la capitale et sur l'administration du Brésil*. Paris: L. Franzine; Rio de Janeiro: Lachaud, 1886.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, Paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.



- AZEVEDO, André Nunes de (Org.). *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento de Cultura/ NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FFLC-USP, 1956.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Entre a Corte e a Cidade: O Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamentos Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. *La ville dans L'Histoire européenne*. Paris: Éditions du seuil, 1993.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. In: *Rev. Bras. Hist.* vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.
- BORGES, Marília Vicente. *O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação*. Rio de Janeiro, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BURCKHARDT, Titus. *La civilización hispano-árabe*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.
- CAETANO, Marcelo. *História do Direito Português (1140-1495)*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1985.
- CARVALHO, Carlos de. *O patrimônio territorial da Municipalidade do Rio de Janeiro e o Direito Emphyteutico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 23.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 1997.



- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século Dezesete*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.
- COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e instituições da Grécia e de Roma*. Lisboa: Livraria clássica editora de A. M. Teixeira, 1919.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- EDMUNDO, Luiz. *Recordações do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquálias e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. *A Imagem do Brasil Através dos Mapas (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro, Monografia de especialização em História da Arte/ PUC/ Rio de Janeiro, 1998.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006.
- FINLEY, Moses I. *La Grecia Antigua. Economía y sociedad*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos, 1582 – 1808*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., Garamond, 1999.



- FRIDMAN, Fania. “Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira”, In: FRIDMAN, Fania & ABREU, Maurício (Orgs.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2010.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira editora, 1965.
- MELLO, Fernando. *Sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: o aqueduto do Rio Comprido*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2011.
- SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado*. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). Annablume/Fapesp, 2007.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GLOTZ, Gustave. *La cité grecque*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LOPEZ, Roberto S. *A cidade medieval: entrevista conduzida por Marino Berengo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. 2º Volume – A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971.
- PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Niterói, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2008.



- PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. "A Câmara Municipal e a Doação de Terras em São Paulo colonial (1560-1765)", In: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*, setembro de 2008. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/pdfs/Ribeiro_Fernando_V._Aguiar.pdf. Acesso em: 08 de outubro de 2008.
- RODRIGUES, Vitor Lima. *Revisitando os semeadores de cidades: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil*. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.
- RONCAYOLO, Marcel. "Território". In: *Enciclopédia Einaudi*, volume 8, Região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Leonardo Soares dos Santos. "A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: o exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX". In: *De Cidades e Territórios*. Rio de Janeiro: PoD, 2010, v.1, p. 13-30.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.
- SÁTIRO, Doralice Maia. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB*. São Paulo, Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2000.
- SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988.
- TEIXEIRA, Manuel. C. *As cidades medievais portuguesas. As cidades muçulmanas dos séculos VIII-XIII. As cidades cristãs planeadas dos séculos XIII-XIV*, In: CARVALHO,



Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (orgs.). *As cidades no tempo*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho d'Água, 2005.

WEBER, Max. *La Ville*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

WEBER, Max. *The City*. New York: The Free Press; London: Collier-Macmillan Limited, 1966.